



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

**Processo n.º:** 37.579/2018-e

**Origem:** Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF

**Assunto:** Consulta

**Ementa:** Consulta formulada pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, envolvendo indagações acerca de critérios e requisitos de reconhecimento como tempo de serviço o período escolar de aluno-aprendiz em escola profissionalizante, para fins previdenciários. Decisão n.º 4.382/2018 (Processo n.º 27.883/2018-e) - ausência de parecer técnico-jurídico da Administração a que alude o artigo 264, § 1º, do RI/TCDF. Requisitos de admissibilidade da consulta não preenchidos. Arquivamento. Nova consulta. Indagações a respeito de critérios e requisitos de reconhecimento como tempo de serviço o período escolar de aluno-aprendiz em escola profissionalizante. Instituições de ensino do Distrito Federal e de outras unidades da federação que podem ser definidas como escola profissionalizante. Conteúdo da certidão escolar emitida pelas escolas profissionalizantes. Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF opina pelo conhecimento. Considerações acerca da matéria. Arquivamento dos autos. Questão preliminar levantada pelo Ministério Público. Não conhecimento da exordial, por versar sobre caso concreto. Em ultrapassando a preliminar, o *Parquet* aquiesce às sugestões da unidade instrutiva. Preliminar afastada em função da relevância do tema para todo o complexo administrativo do Distrito Federal. Considerações sobre a matéria. No mérito, VOTO convergente para a instrução processual.

## **RELATÓRIO**

Consistem os autos em Consulta formulada pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, acerca de critérios e requisitos de reconhecimento como tempo de serviço o período escolar de aluno-aprendiz em escola profissionalizante, conforme os termos descritos na ementa.

## **MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO**

Em, profícua e detalhada instrução, a unidade instrutiva, após discorrer sobre legislação, doutrina e jurisprudência acerca da matéria, tece os seguintes comentários, em essência:

*“(...)a suscitada divergência jurisprudencial entre TCDF e TCU acerca do reconhecimento do direito à contagem de tempo de estudo em escola pública profissional, na condição de aluno-aprendiz, como tempo de serviço para fins previdenciários não se limita a essas duas Cortes de Contas, pois observada, igualmente, nos tribunais superiores pátrios, até internamente, com o agravante de que nem mesmo encontra unicidade de entendimento no âmbito do STJ, a Corte da Cidadania, a quem compete assegurar, efetivamente, a*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*uniformidade à interpretação da legislação federal, vale frisar, a definição última do tema.*

*32. Desse modo, entende-se que o fato de o TCU ter alterado o entendimento paradigma no passado para o TCDF (Súmula nº 96, em sua redação original) a teor do Acórdão nº 2.024/2005-Plenário, não a respeito da possibilidade de averbação do tempo como aluno-aprendiz, mas apenas quanto à forma de comprovação, não se revela motivo suficiente para que esta Corte de Contas distrital venha perfilhar os requisitos preconizados naquele aresto, ou mesmo rediscutir os fundamentos que conduziram à sua orientação normativa sobre o tema explicitada no atual Manual de Aposentadoria e Pensão Civil (Capítulo 2 do Título VIII45).*

*33. Aliás, não é despidendo lembrar que o c. STF, ao examinar a matéria (incidência de orientação normativa alterada), posicionou-se no sentido de que a nova exegese fixada pelo TCU não poderia ser aplicada às aposentadorias anteriormente concedidas46.*

*34. A propósito, no âmbito desta Corte de Contas distrital, em atenção ao entendimento do Pretório Excelso quanto à impossibilidade de retroação de nova interpretação a concessões que a precederam, e também em homenagem à segurança jurídica, não se tem obstaculizado o cômputo de tempo de aluno-aprendiz averbado com base em certidão formalizada de acordo com a ótica prevalecente neste Tribunal, conquanto fosse inaceitável caso cotejado seu conteúdo com os requisitos mais gravosos estampados no Acórdão TCU nº 2.024/2005-Plenário, a exemplo do que foi verificado ao ensejo do exame da concessão tratada nos autos do Processo TCDF nº 35335/2015-e47.*

*35. Cabe também assinalar que não se vislumbra inovação legislativa ou regulamentar sobre a questão de fundo cujas interpretação e aplicação pudessem despertar dúvida passível de ser respondida em sede de consulta, tampouco nova orientação hermenêutica proveniente dos tribunais superiores pátrios capaz de ensejar a revisão do entendimento normativo prevalecente nesta Casa a respeito da matéria, até porque, neste caso, como visto, revela-se igualmente destituída de uniformidade.*

*36. Nesse contexto, em atendimento ao atual posicionamento deste e. TCDF, bem como ao entendimento do Pretório Excelso quanto à impossibilidade de aplicação de nova interpretação a aposentadorias anteriormente concedidas, entende-se que a análise da presente consulta deva restringir-se a apresentar resposta às questões formuladas pela PCDF, com vistas a subsidiar, no âmbito distrital, o reconhecimento, como tempo de serviço/contribuição, de período escolar de aluno-aprendiz em escola pública profissionalizante, para fins previdenciários, o que adiante passamos a tratar.*

*37. Passando às indagações do órgão consulente, primeiramente, quanto ao “que se entende por escola profissionalizante, no âmbito das instituições de ensino do Distrito Federal e de outras unidades da*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*federação, cuja certidão de tempo escolar sirva para fins de averbação como tempo de serviço?”, carece investigar a legislação correspondente à aprendizagem profissional, com foco de análise direcionado à identificação das instituições de ensino qualificadas em formação técnico-profissional de nível médio e que possuam natureza jurídica de direito público, para, dessa forma, lograrem enquadrar-se no conceito de ESCOLA PÚBLICA PROFISSIONAL, o qual não se encontra normativamente definido, devendo, assim, ser descortinado pelo intérprete.*

*38. Nesse passo, assinale-se, de início, que a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/42), em seu art. 5948, dispunha que as escolas industriais e técnicas poderiam ser mantidas e administradas: a) sob a responsabilidade da União (federais); b) pelos Estados ou pelo Distrito Federal, autorizadas pelo Governo Federal (equiparadas); e c) pelos Municípios ou por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito privado, autorizadas pelo Governo Federal (reconhecidas). Igualmente assim dispunha a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613/46), em seu art. 5449.*

*39. Avançando bastante no tempo, importa conferirmos a Instrução Normativa nº 77/INSS/PRES, de 2015, que expõe no art. 76 e seguintes os requisitos para reconhecimento de tempo de serviço para fins previdenciários dos períodos de aprendizado profissional na condição de aluno-aprendiz, com especial destaque a dispositivos (negritados) que discriminam os estabelecimentos oficiais aptos a ministrarem ensino público técnico-profissional e emitirem respectivas certidões, verbis:*

*“Art. 76. Os períodos de aprendizado profissional realizados até 16 de dezembro de 1998, data da vigência da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, serão considerados como tempo de serviço/contribuição independentemente do momento em que o segurado venha a implementar os demais requisitos para a concessão de aposentadoria no RGPS, podendo ser contados:*

*I - os períodos de frequência às aulas dos aprendizes matriculados em escolas profissionais mantidas por empresas ferroviárias;*

*II - o tempo de aprendizado profissional realizado como aluno aprendiz, em escolas industriais ou técnicas, com base no Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial), a saber:*

*a) período de frequência em escolas técnicas ou industriais mantidas por empresas de iniciativa privada, desde que reconhecidas e dirigidas a seus empregados aprendizes, bem como o realizado com base no Decreto nº 31.546, de 6 de outubro de 1952, em curso do Serviço Nacional da Indústria - SENAI, ou Serviço Nacional do Comércio - SENAC, ou instituições por eles reconhecidas, para formação profissional metódica de ofício ou ocupação do trabalhador menor; e*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*b) período de frequência em cursos de aprendizagem ministrados pelos empregadores a seus empregados em escolas próprias para essa finalidade ou em qualquer estabelecimento de ensino industrial; III - os períodos de frequência em escolas industriais ou técnicas, inclusive escolas e colégios agrícolas, da rede de ensino federal, escolas equiparadas ou reconhecidas, desde que tenha havido retribuição pecuniária à conta do orçamento respectivo do Ente Federativo, ainda que fornecida de maneira indireta ao aluno, observando que: (Nova redação dada pela IN INSS/PRES nº 85, de 18/02/2016)*

*a) só poderão funcionar sob a denominação de escola industrial ou escola técnica os estabelecimentos de ensino industrial ou técnico mantidos pela União e os que tiverem sido reconhecidos ou a eles equiparados (incluído pelo Decreto-Lei nº 8.680, de 15 de janeiro de 1946); (Nova redação dada pela IN INSS/PRES nº 85, de 18/02/2016)*

*b) entende-se como equiparadas as escolas industriais ou técnicas mantidas e administradas pelos Estados ou pelo Distrito Federal e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal (disposição do Decreto-Lei nº 4.073, de 1942); e*

*c) entende-se como reconhecidas as escolas industriais ou técnicas mantidas e administradas pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal (disposição do Decreto-Lei nº 4.073, de 1942). Art. 77. Os períodos citados no art. 76 serão considerados, observando que:*

*I - o Decreto-Lei nº 4.073, de 1942, vigente no período compreendido entre 30 de janeiro de 1942 a 15 de fevereiro de 1959, reconhecia o aprendiz como empregado bastando assim a comprovação do vínculo;*

*II - o tempo de aluno aprendiz desempenhado em qualquer época, ou seja, mesmo fora do período de vigência dos dispositivos do Decreto-Lei nº 4.073, de 1942, de que trata o tema, somente poderá ser considerado como tempo de contribuição desde que comprovada a remuneração e o vínculo empregatício, conforme Parecer MPAS/CJ nº 2.893, de 12 de novembro de 2002; e*

*III - considerar-se-á como vínculo e remuneração a comprovação de frequência e os valores recebidos a título de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros, entre outros.*

*Art. 78. A comprovação do período de frequência em curso do aluno aprendiz a que se refere o art. 76, far-se-á:*

*I - por meio de certidão emitida pela empresa quando se tratar de aprendizes matriculados em escolas profissionais mantidas por empresas ferroviárias;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*II - por certidão escolar nos casos de frequência em escolas industriais ou técnicas a que se refere o inciso II do art. 76, na qual deverá constar que: a) o estabelecimento era reconhecido e mantido por empresa de iniciativa privada; b) o curso foi efetivado sob seu patrocínio; ou c) o curso de aprendizagem nos estabelecimentos oficiais ou congêneres foi ministrado mediante entendimentos com as entidades interessadas.*

*III - por meio de Certidão de Tempo de Contribuição - CTC, na forma da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, e do Decreto nº 85.850, de 30 de março de 1981, quando se tratar de frequência em escolas industriais ou técnicas da rede federal, bem como em escolas equiparadas ou reconhecidas citadas nas alíneas "b" e "c" do inciso III do art. 76, nos casos de entes federativos estaduais, distritais e municipais, desde que à época, o Ente Federativo mantivesse RPPS; IV - por meio de certidão escolar emitida pela instituição onde o ensino foi ministrado, nos casos de frequência em escolas industriais ou técnicas a que se refere o inciso III do caput, desde que à época, o ente federativo não mantivesse RPPS, devendo constar as seguintes informações:*

- a) a norma que autorizou o funcionamento da instituição;*
- b) o curso frequentado;*
- c) o dia, o mês e o ano do início e do fim do vínculo de aluno aprendiz; e*
- d) a forma de remuneração, ainda que indireta. Parágrafo único. Para efeito do disposto na alínea "a" do inciso IV do caput, deverá restar comprovado que o funcionamento da instituição foi autorizado pelo Governo Federal, conforme art. 60 do Decreto-Lei nº 4.073, de 1942" (g.n.).*

*40. Também contribui para solução deste tópico disciplina respeitante à temática do aprendiz prevista no Decreto nº 9.579, de 22.11.2018, mais especificamente, em seu art. 5051, que considera entidades qualificadas em formação técnico-profissional do aprendiz: a) os serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC e outros); b) as escolas técnicas e agrotécnicas de educação; e c) as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente.*

*41. Nesse contexto, devidamente ponderados todos os preceitos normativos antes aduzidos, é possível responder à primeira indagação do órgão consulente nos seguintes termos:*

*- para efeito do reconhecimento de períodos de aprendizado profissional, na condição de aluno-aprendiz, como tempo de serviço para fins previdenciários, enquadram-se no conceito estrito de ESCOLA PÚBLICA PROFISSIONAL as escolas industriais ou técnicas, inclusive escolas e colégios agrícolas, da rede de ensino federal (previstas na Lei nº 11.892/08), escolas equiparadas (mantidas e administradas pelos Estados ou pelo Distrito Federal) ou*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*reconhecidas (mantidas e administradas pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal).*

*42. A título apenas exemplificativo de instituição de ensino profissional hoje integrada à rede pública de educação do Distrito Federal, que se enquadraria no sobredito conceito, à toda evidência, nos termos do Decreto-Lei nº 9.613/46, cita-se a antiga Escola Agrotécnica Federal de Brasília, vinculada, originalmente, ao Ministério da Agricultura e, posteriormente, ao então Ministério da Educação e Cultura, quando passou a se denominar Colégio Agrícola de Brasília (CAB). Ao ser criada em 1959, tinha por objetivo ministrar cursos regulares do antigo ginásial e colegial profissionalizante agrícola.*

*43. Superado o primeiro questionamento, busca-se agora responder a seguinte indagação: “O que deve conter a certidão escolar emitida pela escola para fins de cômputo de tempo de serviço?”.*

*44. A resposta a esse quesito, salvo melhor juízo, pode ser alcançada subsidiando-se de disciplina correspondente estatuída no retrotranscrito art. 78 da Instrução Normativa nº 77/INSS/PRES, de 2015, voltada para os segurados da Previdência Social que pretendam averbar tempo desempenhado como alunoaprendiz até 16.12.1998 (data da vigência da EC nº 20/98), assim dispondo a respeito da forma e conteúdo das certidões porventura emitidas por escolas públicas profissionalizantes:*

☐ *Certidão de Tempo de Contribuição, na forma da Lei nº 6.226/75 e do Decreto nº 85.850/81, quando se tratar de frequência em escolas industriais ou técnicas da rede federal, bem como em escolas equiparadas ou reconhecidas nos casos de entes federativos estaduais, distrital e municipais, desde que, à época, o ente federativo mantivesse RPPS (inciso III do art. 78);*

☐ *Certidão escolar emitida pela instituição onde o ensino foi ministrado, nos casos de frequência em escolas industriais ou técnicas da rede federal, bem como em escolas equiparadas ou reconhecidas nos casos de entes federativos estaduais, distrital e municipais, desde que, à época, o ente federativo não mantivesse RPPS, devendo constar as seguintes informações: a) a norma que autorizou o funcionamento da instituição (para que reste comprovado que o funcionamento da instituição foi autorizado pelo Governo Federal, conforme art. 60 do Decreto-Lei nº 4.073/42); b) o curso frequentado; c) o dia, o mês e o ano do início e do fim do vínculo de aluno-aprendiz; e d) a forma de remuneração, ainda que indireta (inciso IV e parágrafo único do art. 78).*

*45. Para o presente estudo, porém, a fim de prestarmos orientação uniforme aos jurisdicionados desta Corte de Contas, e não apenas ao órgão consulente, por ser matéria de interesse a todo plexo administrativo distrital, é possível adotarmos o teor do segundo dos regramentos acima expostos, com ajustes, em observância ao disposto no Capítulo 2 do Título VIII do Manual de Concessões Civis deste Tribunal (aprovado pela*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*Resolução nº 299/16). Extrai-se então, em resposta ao quesito, o seguinte parâmetro de certidão:*

*- Certidão escolar emitida pela instituição onde o ensino foi ministrado, nos casos de frequência em escolas industriais ou técnicas da rede federal, bem como em escolas equiparadas ou reconhecidas nos casos de entes federativos estaduais, distrital e municipais, devendo constar, necessariamente, as seguintes informações: a) a norma que autorizou o funcionamento da instituição (para que reste comprovado que o funcionamento da instituição foi autorizado pelo Governo Federal, conforme art. 60 do Decreto-Lei nº 4.073/42); b) o curso frequentado; c) o dia, o mês e o ano do início e do fim do vínculo de aluno-aprendiz; e d) a forma de remuneração, ainda que indireta (in natura – alimentação, fardamento, material escolar, entre outras possibilidades), à conta do orçamento público.*

*46. Com relação ao último quesito da consulta (“O que deve ser considerado como retribuição pecuniária à conta da dotação orçamentária: o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação de forma individualizada ou é obrigatório o recebimento dos três benefícios conjuntamente?”), não nos parece que esse rol de retribuições deva ser entendido de forma cumulativa, obrigatoriamente. Eventualmente, podem ser incluídas outras prestações pecuniárias indiretas, por exemplo, assistência médica, odontológica, psicológica e farmacêutica, bolsas de estudo, entre outras formas de utilidades, sendo que tal informação, para ser firmada em certidão própria, deverá estar baseada em documentos que comprovem o labor do então estudante com características de colaboração profissional.*

*47. Demais ver que, conforme dispõe o art. 77, inciso III, da Instrução Normativa nº 77/INSS/PRES, de 2015, para se configurar a “retribuição pecuniária à conta do orçamento”, seria necessário cumular, além de alimentação, fardamento e material escolar, também o recebimento de “parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros”, entre outros. No mesmo sentido, a redação atual do Enunciado de Súmula nº 96 do TCU.*

*48. No entanto, à luz do entendimento normativo esposado por esta Corte de Contas, a comprovação da retribuição pecuniária in natura (uniforme, material e alimentação - ali admitidos, ao nosso ver, apenas a título exemplificativo), às expensas do orçamento público, dispensa a efetiva percepção de renda pelo aluno como contraprestação pelos produtos/serviços fornecidos a terceiros.*

*49. De qualquer sorte, entende-se que a análise do requisito em questão (retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária) deve ser realizada a cada caso, de acordo com as informações consignadas na certidão de frequência escolar examinada, para efeito de verificar se atende à jurisprudência prevalecte nesta seara de controle externo.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

50. *Por derradeiro, cumpre assinalar que uma possível mudança de orientação no âmbito deste Tribunal, à vista do entendimento mais rígido do TCU no tocante aos requisitos para contagem do aludido tempo escolar para fins de aposentadoria, não implica, necessariamente, a vinculação desta Corte de Contas às diretrizes traçadas por aquela Corte federal, mas sim uma eventual evolução em nosso entendimento a respeito da matéria. Caso isso ocorra, alerta-se para o entendimento do colendo STF quanto à impossibilidade de aplicação de nova interpretação a concessões de aposentadorias/reformas/pensões que a precederem.*

51. *Pelo exposto, sugere-se ao e. Tribunal:*

*I. conhecer da consulta formulada pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, a critério do Conselheiro relator, posto que satisfaz, sob ressalvas, os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal;*

*II. responder ao órgão consulente, sob observação de que a deliberação que vier a ser adotada neste feito não constitui prejulgamento do fato ou caso concreto, que, no tocante aos questionamentos feitos nos presentes autos, observando-se que a jurisprudência de nossos Tribunais (especialmente, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência e Tribunal de Contas da União) oscila para reconhecer o direito ao cômputo do tempo de serviço de aluno-aprendiz de escola pública profissional para fins de aposentadoria, ora mediante simples comprovação da retribuição pecuniária à conta do orçamento público, ora exigindo, concomitantemente, a presença da remuneração, ainda que indireta, e do vínculo empregatício:*

*a) reafirma-se o entendimento constante no Manual de Aposentadoria e Pensão Civil do TCDF (Capítulo 2 do Título VIII), no sentido de se considerar válido, para efeitos de complementação de tempo serviço/contribuição objetivando o benefício da aposentadoria, o período de frequência como alunoaprendiz em Escola Pública Profissional, quando passado de forma não-eventual e tenha havido:*

*a.1) retribuição pecuniária à conta do orçamento público (dotação orçamentária do respectivo ente federativo), se o tempo referir-se a períodos anteriores a 16.12.1998, data da vigência da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, admitindo-se, como retribuição pecuniária, o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação, entre outras formas de utilidades;*

*a.2) contribuição previdenciária se o tempo de aluno-aprendiz for relativo a período posterior à entrada em vigor da EC nº 20/98, em face do caráter contributivo do regime de previdência imposto por essa emenda;*

*b) para efeito do reconhecimento de períodos de aprendizado profissional, na condição de aluno-aprendiz, como tempo de serviço para fins previdenciários:*





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*b.1) enquadram-se no conceito estrito de ESCOLA PÚBLICA PROFISSIONAL as escolas industriais ou técnicas, inclusive escolas e colégios agrícolas, da rede de ensino federal (previstas, atualmente, na Lei nº 11.892/08), escolas equiparadas ou reconhecidas, entendendo-se:*

*b.1.1) como equiparadas, as escolas industriais ou técnicas mantidas e administradas pelos Estados ou pelo Distrito Federal e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal (disposição do art. 59 do Decreto-Lei nº 4.073/42, replicada, com adaptação, pelo art. 54 do Decreto-Lei nº 9.613/46); e*

*b.1.2) como reconhecidas, as escolas industriais ou técnicas mantidas e administradas pelos Municípios e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal (disposição do art. 59 do Decreto-Lei nº 4.073/42, replicada, com adaptação, pelo art. 54 do Decreto-Lei nº 9.613/46);*

*b.2) admite-se certidão escolar emitida pela instituição onde o ensino foi ministrado, nos casos de frequência nas escolas referidas no subitem anterior, devendo constar, necessariamente, as seguintes informações:*

*b.3.1) a norma que autorizou o funcionamento da instituição (para que reste comprovado que o funcionamento da instituição foi autorizado pelo Governo Federal, conforme art. 59, § 8º, do Decreto-Lei nº 4.073/42, incluído pelo Decreto-Lei nº 8.680/46);*

*b.2.2) o curso frequentado;*

*b.2.3) o dia, o mês e o ano do início e do fim do vínculo de aluno-aprendiz, bem como os afastamentos dedutíveis porventura ocorridos, como, por exemplo, período de férias escolares;*

*b.2.4) a forma de remuneração, ainda que indireta (in natura – alimentação, fardamento, material escolar, entre outras possibilidades), à conta do orçamento público;*

*b.3) o requisito referente à “retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária” pode ser considerado atendido por certidão que ateste o recebimento pelo então estudante de remuneração à conta do orçamento público e/ou salário indireto, este, representado por alimentação, fardamento/uniforme, material escolar, atendimento médicoodontológico e pousada, entre outras formas de utilidades, não sendo, pois, exaustivo, tampouco cumulativo, esse rol de retribuições;*

*III. dar ciência aos demais órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal da decisão que vier a ser proferida nos autos, tendo em vista a necessidade de uniformizar a análise e o tratamento a serem conferidos às certidões porventura apresentadas por seus servidores efetivos que atestem períodos de aprendizado profissional, na condição de aluno-aprendiz, como tempo de serviço para fins previdenciários; e*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*IV. autorizar o retorno do feito à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para fins de arquivamento.”*

**MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O *Parquet*, inicialmente, aponta a existência de questão preliminar, concernente ao não atendimento de requisito indispensável ao conhecimento da exordial pelo Tribunal, uma vez que a Consulta “*não versa sobre direito em tese, relacionado a dúvidas quanto à aplicação de disposição legal, mas sim sobre casos concretos. Vale dizer, deve a consulta versar sobre hipótese em abstrato. Esse fato inviabiliza o conhecimento da peça ofertada.*”

Nada obstante, caso a Corte supere a preliminar aventada, o órgão ministerial aquiesce às sugestões da unidade instrutiva. São suas palavras:

*31. Assim, cotejando os normativos supracitados, chegou-se à seguinte resposta quanto à definição e ao conceito de “escola pública profissionalizante”, no âmbito do DF e das demais unidades da federação:*

☐ *Escola Pública Profissional - escolas industriais ou técnicas, inclusive escolas e colégios agrícolas, da rede de ensino federal (previstas na Lei nº 11.892/08), escolas equiparadas (mantidas e administradas pelos Estados ou pelo Distrito Federal) ou reconhecidas (mantidas e administradas pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal).*

*32. Da mesma maneira, para responder ao segundo questionamento, o Corpo Técnico apresentou os dispositivos da IN nº 77/2015-INSS/PRES que dispõem sobre a forma e o conteúdo das certidões emitidas por escolas públicas profissionalizantes para fins de averbação de tempo desempenhado como aluno-aprendiz:*

*“Art. 78. A comprovação do período de frequência em curso do aluno aprendiz a que se refere o art. 76, far-se-á:*

*I - por meio de certidão emitida pela empresa quando se tratar de aprendizes matriculados em escolas profissionais mantidas por empresas ferroviárias;*

*II - por certidão escolar nos casos de frequência em escolas industriais ou técnicas a que se refere o inciso II do art. 76, na qual deverá constar que:*

*a) o estabelecimento era reconhecido e mantido por empresa de iniciativa privada;*

*b) o curso foi efetivado sob seu patrocínio; ou*

*c) o curso de aprendizagem nos estabelecimentos oficiais ou congêneres foi ministrado mediante entendimentos com as entidades interessadas.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*III - por meio de Certidão de Tempo de Contribuição - CTC, na forma da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, e do Decreto nº 85.850, de 30 de março de 1981, quando se tratar de frequência em escolas industriais ou técnicas da rede federal, bem como em escolas equiparadas ou reconhecidas citadas nas alíneas "b" e "c" do inciso III do art. 76, nos casos de entes federativos estaduais, distritais e municipais, desde que à época, o Ente Federativo mantivesse RPPS; IV - por meio de certidão escolar emitida pela instituição onde o ensino foi ministrado, nos casos de frequência em escolas industriais ou técnicas a que se refere o inciso III do caput, desde que à época, o ente federativo não mantivesse RPPS, devendo constar as seguintes informações:*

- a) a norma que autorizou o funcionamento da instituição;*
- b) o curso frequentado;*
- c) o dia, o mês e o ano do início e do fim do vínculo de aluno aprendiz; e*
- d) a forma de remuneração, ainda que indireta.*

*Parágrafo único. Para efeito do disposto na alínea "a" do inciso IV do caput, deverá restar comprovado que o funcionamento da instituição foi autorizado pelo Governo Federal, conforme art. 60 do Decreto-Lei nº 4.073, de 1942."*

*33. Da leitura acima, vale ressaltar que a forma de remuneração do aluno-aprendiz foi melhor especificada no Manual de Concessões Cíveis desta c. Corte de Contas<sup>9</sup>, o qual admitiu, como forma de retribuição pecuniária, o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação.*

*34. Dessa forma, coaduno com a resposta quanto ao presente questionamento, de modo que a certidão emitida por escola pública profissional deve obedecer aos seguintes parâmetros e conter, necessariamente, os seguintes quesitos:*

- ☐ *a) norma que autorizou o funcionamento da instituição (para que reste comprovado que o funcionamento da instituição foi autorizado pelo Governo Federal, conforme art. 60 do Decreto-Lei nº 4.073/42);*
- ☐ *b) o curso frequentado;*
- ☐ *c) o dia, o mês e o ano do início e do fim do vínculo de aluno-aprendiz; e*
- ☐ *d) a forma de remuneração, ainda que indireta (in natura – alimentação, fardamento, material escolar, entre outras possibilidades), à conta do orçamento público.*

*35. Por fim, quanto à última interrogação (O que deve ser considerado como retribuição pecuniária à conta da dotação orçamentária: o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação de forma individualizada ou é obrigatório o recebimento dos três benefícios conjuntamente?), este MPC/DF, em consonância com o exame do Corpo Técnico, entende que a norma não restringe*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*que o pagamento pelos serviços prestados por aluno-aprendiz deve ser somente feito por meio de uniforme, material escolar e alimento, cumulativamente ou não, de modo que outros meios de retribuição indireta também são possíveis.*

*36. Isto pois, à luz da Instrução Normativa do INSS, considera-se como remuneração “os valores recebidos a título de alimentação, fardamento, material escolar e parcela de renda auferida com a execução de encomendas para terceiros, entre outros.”*

*37. Ante o exposto, este Ministério Público de Contas, em sede preliminar, sugere o não conhecimento da presente Consulta; na hipótese de ultrapassada a fase de conhecimento, este Órgão Ministerial acompanha as sugestões apresentadas pelo Corpo Instrutivo.”*

É o relatório.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

**VOTO**

O presente processo cuida de Consulta formulada pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, acerca de critérios e requisitos de reconhecimento como tempo de serviço o período escolar de aluno-aprendiz em escola profissionalizante. Objetivamente, pretende o consulente que o Tribunal responda às seguintes questões:

- o que se entende por escola profissionalizante, no âmbito das instituições de ensino do Distrito Federal e de outras unidades da federação, cuja certidão de tempo escolar sirva para fins de averbação como tempo de serviço?
- o que deve conter a certidão escolar emitida pela escola para fins de cômputo de tempo de serviço?
- o que deve ser considerado como retribuição pecuniária à conta da dotação orçamentária: o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação de forma individualizada ou é obrigatório o recebimento dos três benefícios conjuntamente?

Diga-se, inicialmente, que o instrumento da Consulta tem previsão regimental, estatuinto o art. 264, § 1ª, do RI/TCDF que *“as consultas deverão versar direito em tese, indicar com precisão seu objeto e ser acompanhadas de parecer técnico-jurídico da Administração”*.

Pois bem. Segundo o Ministério Público, a exordial apresentada comporta exame de caso concreto, o que inviabilizaria o seu conhecimento por parte do Tribunal.

Não deixa de ter razão o *Parquet*, notadamente pelo fundamento apresentado pela jurisdicionada para a formulação da Consulta, qual seja, o fato de que *“este Departamento está recebendo vários pedidos de averbação de tempo escolar como tempo de serviço, sendo que as certidões apresentadas não possuem padronização quanto aos requisitos a serem observados”*. Noutras palavras, de fato, o suporte fático da exordial é a existência de casos concretos.

Nada obstante, o rigorismo regimental, nesse caso, soaria como entrave maior que a moderação capaz de conhecer da Consulta. Isso porque o tema é sensível e atinge todo o complexo administrativo do Distrito Federal.

Assim, excepcionalmente, entende-se que pode a Corte conhecer da exordial.

De plano, passe-se ao mérito.

Antes de responder às questões formuladas, convém salientar que grande dúvida tem pairado sobre o tema, em função da alteração de posicionamento adotado pelo Tribunal de Contas da União sobre a matéria.

O entendimento da Corte de Contas federal sobre o tema admitia, inicialmente, o cômputo do tempo de serviço de aluno-aprendiz em escola pública





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

profissional, para fins de aposentadoria, caso restasse comprovada a retribuição pecuniária. Posteriormente, passou-se a exigir, além da remuneração paga ao aluno, à conta do orçamento, o vínculo empregatício. Atualmente, vigora o posicionamento de que se pode computar o tempo de serviço como aluno-aprendiz, mesmo após a vigência da Lei n.º 3.552/1959<sup>1</sup>, desde que respeitados os seguintes condicionantes, estipulados no Acórdão n.º 2.024/2005. Ei-los:

*“9.3.1. A emissão de certidão de tempo de serviço de aluno-aprendiz deve estar baseada em documentos que comprovem o labor do então estudante na execução de encomendas recebidas pela escola e deve expressamente mencionar o período trabalhado, bem assim a remuneração percebida;*

*9.3.2. A simples percepção de auxílio financeiro ou em bens não é condição suficiente para caracterizar a condição de aluno-aprendiz, uma vez que pode resultar da concessão de bolsas de estudo ou de subsídios diversos concedidos aos alunos;*

*9.3.3. As certidões emitidas devem considerar apenas os períodos nos quais os alunos efetivamente laboraram, ou seja, indevido o cômputo do período de férias escolares;*

*9.3.4. Não se admite a existência de aluno-aprendiz para as séries iniciais anteriormente à edição da Lei n.º 3.552, de 16 de janeiro de 1959, a teor do art. 4º do Decreto-lei n.º 8.590, de 8 de janeiro de 1946.”*

A seu turno, este Tribunal mantém o entendimento de que considera-se válido, para efeitos de complementação de tempo serviço objetivando o benefício da aposentadoria, o período de frequência prestado como aluno-aprendiz em escola pública profissional, de forma não-eventual, desde que tenha recebido retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária (Processo TCDF n.º 1.017/1987, S.O. n.º 2.412, de 16.06.1987), admitindo-se, por igual, como retribuição pecuniária, o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação (Processo TCDF n.º 122/1993, S.O. n.º 3.252, de 05.06.1997)<sup>2</sup>.

Como se nota, portanto, o novo posicionamento do TCU não distingue do mantido pelo TCDF quanto à possibilidade de averbação de tempo como aluno-aprendiz, mas, sim, com relação à forma de comprovação, mais restrita, agora, por parte do TCU.

Com a devida vênia, contudo, não se encontram motivos abundantes para que esta Corte de Contas cambie seu entendimento sobre a matéria.

Note-se que o TCU alterou seu posicionamento, principalmente, em função do disposto na vetusta Lei n.º 3.552/1959, a qual passou a dispor, em seu

<sup>1</sup> Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

<sup>2</sup> Diga-se, de passagem, que ambos os entendimentos pressupõem, a partir de 1998, contribuição previdenciária para efeito de contagem como tempo para aposentadoria, tendo em vista o caráter contributivo imposto pela EC 20/98.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

artigo 32, parágrafo único, que a execução de encomendas pelas escolas profissionalizantes, sem prejuízo da aprendizagem sistemática, seria feita pelos alunos, que participariam da remuneração prestada. Daí, pois, a necessidade, segundo o TCU, de comprovação do labor do estudante, mediante expressa definição do período trabalhado e da remuneração percebida.

Entrementes, antes da vigência da citada lei, as tarefas executadas pelo aluno-aprendiz já englobavam também a execução de encomendas. Destaca-se, de fato, do Decreto-Lei n.º 8.590/1946<sup>3</sup>, o artigo 2º que dispõe que *“à execução da encomenda precederá a fixação do respectivo preço, mediante orçamento, com a discriminação da matéria prima, da mão de obra, da energia elétrica e dos combustíveis consumidos, bem como a da percentagem relativa às despesas de ordem geral.”*

Segundo o citado Decreto-Lei, a renda bruta resultante dos serviços executados seria obrigatoriamente incorporada à receita da União (art. 3º), assim como o orçamento da despesa consignaria, anualmente, uma dotação que seria destinada ao custeio da mão de obra dos alunos.

Nota-se, portanto, que a alteração legislativa foi apenas no que se refere ao trâmite dos recursos auferidos pela execução das encomendas pelos alunos.

Analisando tal mudança legislativa, o Ministério Público Federal, em pronunciamento ministerial no âmbito do Mandado de Segurança n.º 27.185, no STF, ponderou o seguinte:

*“(…)*

*Impende proceder ao cotejo dos dois sistemas. Ao fazê-lo, percebo que não houve mudança nas relações entre o aluno-aprendiz e a Escola Técnica.*

*De fato, apenas foi suprimida parte do trâmite dos recursos auferidos pela execução de encomendas. Antes do advento do referido diploma legal de 1959, o valor dessas era incorporado à receita da União e, posteriormente, destinado ao custeio da mão-de-obra dos alunos; depois, parte da verba passou a ser destacada da receita e paga, por antecipação, aos alunos-aprendizes.*

*A Lei (...) não alterou a natureza dos cursos oferecidos pelas Escolas Técnicas ou os afazeres e responsabilidades dos aprendizes. Logo, se não houve mudança na regência, não há razão para que se restrinjam direitos que eram concedidos sob o pálio da legislação que a precedeu.”*

Dessa forma, não havendo qualquer alteração legislativa, não se vislumbra necessidade de que se altere interpretação há tempo difundida em vários processos afeitos ao controle desta Casa. Ademais, como provou a densa pesquisa

---

<sup>3</sup> Dispõe sobre a realização de exercícios escolares práticos sob a forma de trabalho industrial nas escolas técnicas e escolas industriais, e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

realizada pela unidade instrutiva, sequer a posição jurisprudencial corrobora o entendimento mantido agora pelo TCU.

*Pemissa venia*, há que resguardar o cidadão da possibilidade de o Estado tornar-se mais austero apenas com base em retórica afastada da razoabilidade.

Assim, nesse ponto, coaduna-se com a unidade instrutiva, no que foi corroborada pelo Ministério Público, no sentido de reafirmar o entendimento constante do Manual de Aposentadoria e Pensão Civil do TCDF (Capítulo 2 do Título VIII).

Passada a questão apriorística, convém passar às respostas das questões formuladas pela consulente.

No que tange ao **primeiro quesito** (o que se entende por escola profissionalizante, no âmbito das instituições de ensino do Distrito Federal e de outras unidades da federação, cuja certidão de tempo escolar sirva para fins de averbação como tempo de serviço?), entende-se que a resposta dada pela unidade instrutiva é completa.

Assim, com base na Instrução Normativa n.º 77/INSS/PRES, de 2015, bem como no Decreto federal n.º 9.579/2018, pode-se conceber como escola pública profissional “*as escolas industriais ou técnicas, inclusive escolas e colégios agrícolas, da rede de ensino federal (previstas na Lei nº 11.892/08), escolas equiparadas (mantidas e administradas pelos Estados ou pelo Distrito Federal) ou reconhecidas (mantidas e administradas pelos Municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal).*”

Localizar, em âmbito distrital, qual escola se enquadraria nessa definição, não é atribuição desta Corte de Contas, tampouco pode ser objeto de Consulta.

Quanto ao **segundo quesito** (o que deve conter a certidão escolar emitida pela escola para fins de cômputo de tempo de serviço?), se mostra plausível o caminho encontrado pela Sefipe deste Tribunal, no sentido de recorrer subsidiariamente à norma regulamentar que vale para os segurados do Regime Geral de Previdência Social (art. 78 da IN n.º 77/INSS/PRES), até mesmo em virtude da determinação constitucional de aproximação dos regimes (próprios e geral).

Assim, utilizando-se o parâmetro do INSS, em cotejo com os regramentos contidos no Manual de Concessões Civis deste Tribunal, acolhe-se a posição da unidade instrutiva, no que acompanhada pelo *Parquet*, no sentido de estabelecer o seguinte parâmetro para a confecção da referida certidão:

*“- Certidão escolar emitida pela instituição onde o ensino foi ministrado, nos casos de frequência em escolas industriais ou técnicas da rede federal, bem como em escolas equiparadas ou reconhecidas nos casos de entes federativos estaduais, distrital e municipais, devendo constar, necessariamente, as seguintes informações: a) a norma que autorizou o funcionamento da*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

*instituição (para que reste comprovado que o funcionamento da instituição foi autorizado pelo Governo Federal, conforme art. 60 do Decreto-Lei nº 4.073/42); b) o curso frequentado; c) o dia, o mês e o ano do início e do fim do vínculo de aluno-aprendiz; e d) a forma de remuneração, ainda que indireta (in natura – alimentação, fardamento, material escolar, entre outras possibilidades), à conta do orçamento público.”*

Finalmente, no que concerne ao **último ponto** (o que deve ser considerado como retribuição pecuniária à conta da dotação orçamentária: o recebimento de uniforme, material escolar e alimentação de forma individualizada ou é obrigatório o recebimento dos três benefícios conjuntamente?), calha salientar que assiste razão à unidade instrutiva.

De fato, os requisitos que caracterizam a retribuição pecuniária não podem ser exigidos cumulativamente. Isso porque o custeio da mão-de-obra do aluno-aprendiz é justificado pelo objetivo maior de ensino sistemático profissionalizante em prol da própria sociedade, não em função do quesito orçamentário. É dizer: a comprovação do tempo de serviço como aluno-aprendiz pressupõe a despesa governamental na formação profissional, independentemente se fixada na forma de alimentação, vestuário ou material escolar.

Qualquer desses parâmetros que sejam utilizados, o objetivo último da política destinada ao aluno-aprendiz estará caracterizada. De toda sorte, evidentemente, em cada caso deverá ser examinado o item que corresponda à retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária, eis que os itens elencados na Consulta têm o viés apenas exemplificativo.

Ante o exposto, em harmonia com a unidade instrutiva e com o *Parquet*, com os ajustes que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

I. conheça da consulta formulada pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal (e-DOC A65F2C65-c – peça 3);

II. no que tange ao mérito da Consulta, estabeleça o seguinte posicionamento:

a) reafirma-se o entendimento constante no Manual de Aposentadoria e Pensão Civil do TCDF (Capítulo 2 do Título VIII), no sentido de se considerar válido, para efeitos de complementação de tempo serviço/contribuição objetivando o benefício da aposentadoria, o período de frequência como aluno-aprendiz em Escola Pública Profissional, quando passado de forma não-eventual e tenha havido:

a.1) retribuição pecuniária à conta do orçamento público (dotação orçamentária do respectivo ente federativo), se o tempo referir-se a períodos anteriores a 16.12.1998, data da vigência da Emenda Constitucional n.º 20, de 1998, admitindo-se, como retribuição pecuniária, o recebimento de uniforme, material escolar e



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

alimentação, entre outras formas de utilidades, de maneira não cumulativa;

a.2) contribuição previdenciária se o tempo de aluno-aprendiz for relativo a período posterior à entrada em vigor da EC n.º 20/1998, em face do caráter contributivo do regime de previdência imposto por essa emenda;

b) para efeito do reconhecimento de períodos de aprendizado profissional, na condição de aluno-aprendiz, como tempo de serviço para fins previdenciários:

b.1) enquadram-se no conceito estrito de ESCOLA PÚBLICA PROFISSIONAL as escolas industriais ou técnicas, inclusive escolas e colégios agrícolas, da rede de ensino federal (previstas, atualmente, na Lei n.º 11.892/2008), escolas equiparadas ou reconhecidas, entendendo-se:

b.1.1) como equiparadas, as escolas industriais ou técnicas mantidas e administradas pelos Estados ou pelo Distrito Federal e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal (disposição do art. 59 do Decreto-Lei n.º 4.073/1942, replicada, com adaptação, pelo art. 54 do Decreto-Lei n.º 9.613/1946);

b.1.2) como reconhecidas, as escolas industriais ou técnicas mantidas e administradas pelos Municípios e que tenham sido autorizadas pelo Governo Federal (disposição do art. 59 do Decreto-Lei n.º 4.073/1942, replicada, com adaptação, pelo art. 54 do Decreto-Lei n.º 9.613/1946);

b.2) admite-se certidão escolar emitida pela instituição onde o ensino foi ministrado, nos casos de frequência nas escolas referidas no subitem anterior, devendo constar, necessariamente, as seguintes informações:

b.2.1) a norma que autorizou o funcionamento da instituição (para que reste comprovado que o funcionamento da instituição foi autorizado pelo Governo Federal, conforme art. 59, § 8º, do Decreto-Lei n.º 4.073/1942, incluído pelo Decreto-Lei n.º 8.680/1946);

b.2.2) o curso frequentado;

b.2.3) o dia, o mês e o ano do início e do fim do vínculo de aluno-aprendiz, bem como os afastamentos dedutíveis porventura ocorridos, como, por exemplo, período de férias escolares;

b.2.4) a forma de remuneração, ainda que indireta (*in natura* – alimentação, fardamento, material escolar, entre outras possibilidades), à conta do orçamento público;

b.3) o requisito referente à “*retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária*” pode ser considerado atendido por certidão que ateste





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

o recebimento pelo então estudante de remuneração à conta do orçamento público e/ou salário indireto, este representado por alimentação, fardamento/uniforme, material escolar, atendimento médicoodontológico e pousada, entre outras formas de utilidades, não sendo, pois, exaustivo, tampouco cumulativo, esse rol de retribuições;

III. dê ciência aos demais órgãos do complexo administrativo do Distrito Federal da decisão que vier a ser proferida nestes autos, tendo em vista a necessidade de uniformizar a análise e o tratamento a serem conferidos às certidões porventura apresentadas por seus servidores efetivos que atestem períodos de aprendizado profissional, na condição de aluno-aprendiz, como tempo de serviço para fins previdenciários;

IV. autorize o retorno do feito à Secretaria de Fiscalização de Pessoal- Sefipe/TCDF, para fins de arquivamento.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2019

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**  
Conselheiro-Relator